

# Município de Monforte

---

(Ponto 13 do POCAL)

## Relatório de Gestão

Ano 2006

# Município de Monforte

---

## I - INTRODUÇÃO

O ano de 2006 constituiu um momento particularmente difícil para o Município de Monforte.

Por um lado, a situação financeira e de tesouraria da autarquia, aliás circunstância comum à maioria dos municípios portugueses em resultado de um conjunto de factores de política nacional com evidentes e maiores repercussões para os municípios de pequena dimensão e sedeados no interior do país.

Por outro lado, as limitações financeiras impostas pela Administração Central, as alterações significativas introduzidas ao nível da contracção de empréstimos bancários de apoio à tesouraria e ao investimento, a mais ou menos permanente transferência de novas responsabilidades e atribuições sem as devidas compensações, foram, sem dúvida, algumas das maiores dificuldades sentidas pelo Poder Local.

Entretanto, o elevado nível do investimento municipal ocorrido nos últimos anos, a decisão política de assumir encargos elevados com a realização de importantes obras para o concelho de Monforte e para as suas populações com a utilização de recursos financeiros comunitários potenciadores desses investimentos exigindo-se um enorme esforço financeiro por parte da autarquia, foram também outras das razões que justificam as sérias dificuldades financeiras e de tesouraria do nosso Município.

Outra circunstância a considerar é, sem dúvida, a situação prolongada de incumprimento formal com o Tribunal de Contas, verificando-se, em Maio de 2006, a existência de 7 contratos de empreitada sem o correspondente visto, situação que, para além do incumprimento formal e legal, resultou em dificuldades acrescidas ao nível do recebimento dos fundos comunitários e consequentemente ao nível do pagamento e liquidação das facturas emitidas pelas respectivas empresas.

Esta situação foi, entretanto, sanada, encontrando-se completamente resolvida junto do Tribunal de Contas, mas persistindo sérias dificuldades de tesouraria face aos valores que a Câmara Municipal tem de liquidar (comparticipação municipal) devido aos processos de acumulação que se foram registando.

Contudo, gostaríamos de salientar a capacidade de resposta do Município que, em 2006, promoveu uma profunda reorganização dos serviços municipais, revendo-se aspectos fundamentais da organização e funcionamento dos serviços, redefiniram-se procedimentos, estabeleceu-se um quadro de metodologias de planeamento e gestão que vêm sendo implementadas.

No ano de 2006, para além da aprovação dos diferentes instrumentos de gestão (PPI e Orçamento), importa sublinhar a aprovação do novo Quadro de Pessoal, outro instrumento de importância estratégica para apoio à gestão municipal a médio e longo prazo.

# Município de Monforte

---

Considerando os documentos agora em apreciação, mostra-se evidente o esforço de contenção desenvolvido cumprindo um dos objectivos estabelecidos para o ano de 2006, isto é, procurar controlar a dívida acumulada, reduzindo-a na justa medida da capacidade efectiva da Câmara Municipal, procurando ainda desenvolver estudos e projectos que orientem e sustentem, no futuro, os investimentos municipais.

Globalmente, parece ter sido atingido este importante objectivo ainda que, se perspectivem, para o ano de 2007, sérias preocupações de contenção financeira.

A dívida a terceiros – Médio e Longo Prazo – passou de 2 705 114,37€, em 2005, para 2 487 302,39€, em 2006, traduzindo-se numa importante redução com impacto positivo ao nível do controle da dívida de médio e longo prazo.

A dívida a terceiros – Curto Prazo –, em particular, empréstimos a curto prazo, verifica-se uma alteração significativa, passando de 149 639,00€, em 2005, para o valor 0,00€, em 2006.

Ainda quanto à dívida a terceiros – Curto Prazo –, importa sublinhar a evolução positiva registada ao nível da dívida com “fornecedores conta corrente”, passando do valor acumulado, em 2005, de 480 415,59€ para o valor de 411 642,25€, em 2006.

Quanto à dívida a “fornecedores de imobilizado”, a situação teve uma evolução de agravamento, passando de 2 208 001,90€, em 2005, para o valor de 2 928 419,94€, em 2006.

Esta situação é explicada por 2 factores a ter em consideração, respectivamente:

- Por um lado, a existência de um valor significativo de facturas em conferência – 448 035,72€, em 2005, para um valor apenas de 199 364,24€, deslocando-se assim uma parte significativa daquele valor em conferência (2005) para a dívida efectiva (2006);
- Por outro lado, a circunstância já atrás referida quanto ao Tribunal de Contas e a ausência de Visto em 7 contratos de empreitadas, revelou-se muito grave, com impactos financeiros e de tesouraria muito sentidos ao nível da gestão e da própria recuperação financeira pretendida. Melhor esclarecendo, pelo facto de não termos os Vistos das respectivas empreitadas, não existiam condições legais para a arrecadação dos fundos comunitários respectivos, não se podendo, por isso, liquidar as facturas recebidas.

Relativamente às “Despesas com Pessoal”, confirmou-se o propósito de contenção e maior controle de despesa, procurando-se uma maior rentabilização dos meios e recursos humanos da autarquia, concluindo-se que, em 2005, o valor com despesas de Pessoal foi de 2 388.428,17€, passando, em 2006, para o valor de 2 387 431,49€.

Ainda que se considere globalmente ter sido conseguida uma tendência positiva de contenção e controle financeiro, importa sublinhar que deve o Município de Monforte prosseguir uma estratégia de efectiva contenção, continuar a política de redução dos níveis de endividamento, operacionalizar medidas de maior rigor na gestão de processos e

# Município de Monforte

---

procedimentos (evitando situações idênticas às verificadas ao nível da instrução e gestão técnico administrativa de importantes procedimentos com implicações legais e formais), adoptar uma exigente política de gestão de recursos humanos enquadrando-a nos limites da legislação aplicável e de acordo com as exigências financeiras do Município.

Monforte, 4 de Abril de 2007

O Executivo Municipal

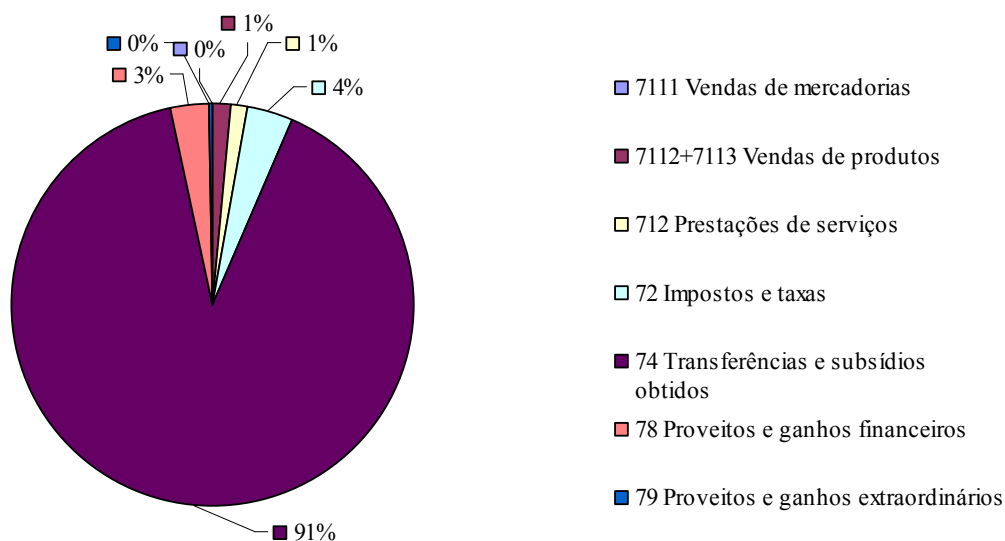
# Município de Monforte

## II - SITUAÇÃO ECONÓMICA

### ESTRUTURA DOS PROVEITOS MUNICIPAIS

Conta Pocal	Designação	Valor (euros)	%
7111	Vendas de Mercadorias	4.487,08	0,08
7112+7113	Venda de produtos	72.311,89	1,32
712	Prestações de serviços	69.586,59	1,27
72	Impostos e taxas	204.919,04	3,74
74	Transferências e subsídios obtidos	4.933.591,68	90,14
78	Proveitos e ganhos financeiros	166.491,98	3,04
79	Proveitos e ganhos extraordinários	22.116,31	0,40
<b>TOTAL</b>		<b>5.473.504,57</b>	<b>100,0</b>

### Estrutura dos Proveitos



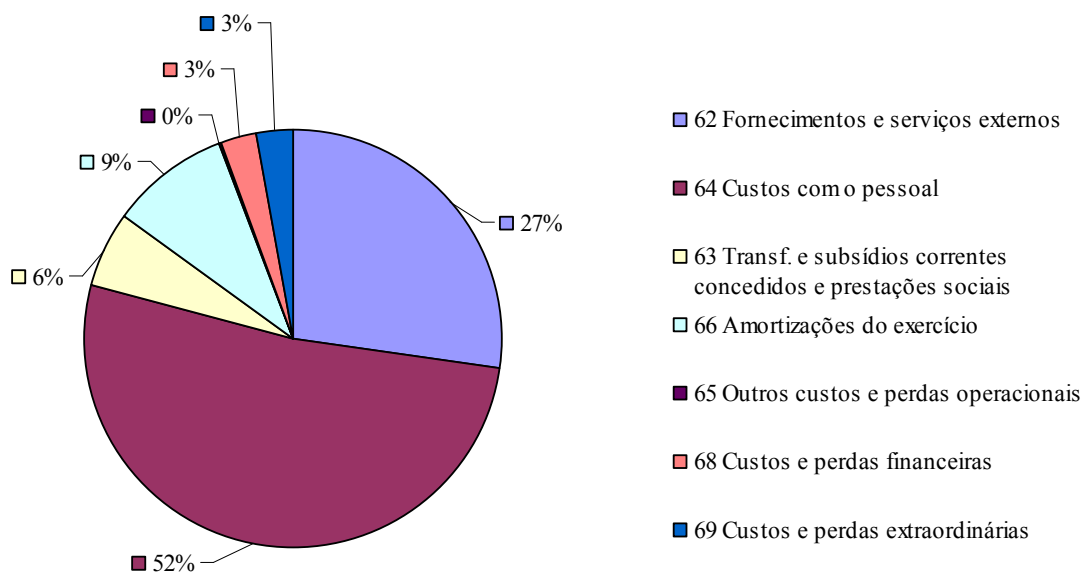
No que respeita aos proveitos do Município em 2006, é de salientar a expressão financeira que resulta da conta do POCAL 74 – transferências e subsídios obtidos (91,00 %), provenientes do Orçamento de Estado e Fundos Comunitários.

# Município de Monforte

## ESTRUTURA DOS CUSTOS MUNICIPAIS

Conta Pocal	Designação	Valor (euros)	%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.161.258,85	27,16
64	Custos com o pessoal	2.220.232,82	51,93
	641+642 – Remunerações – 1.925.952,76 (45,05 %)		
	643+648 – Encargos Sociais – 294.280,06 (6,88 %)		
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	255.908,46	5,99
66	Amortizações do exercício	389.913,75	9,12
65	Outros custos e perdas operacionais	7.302,56	0,17
68	Custos e perdas financeiras	125.500,05	2,94
69	Custos e perdas extraordinárias	114.953,87	2,69
<b>TOTAL</b>		<b>4.275.070,36</b>	<b>100,00</b>

### Estrutura dos Custos



# Município de Monforte

Quanto aos valores que reflectem os custos salientam-se as rubricas de fornecimentos e Serviços Externos (62) e custos com Pessoal (64), que, no conjunto, representam 79,09% da totalidade dos custos.

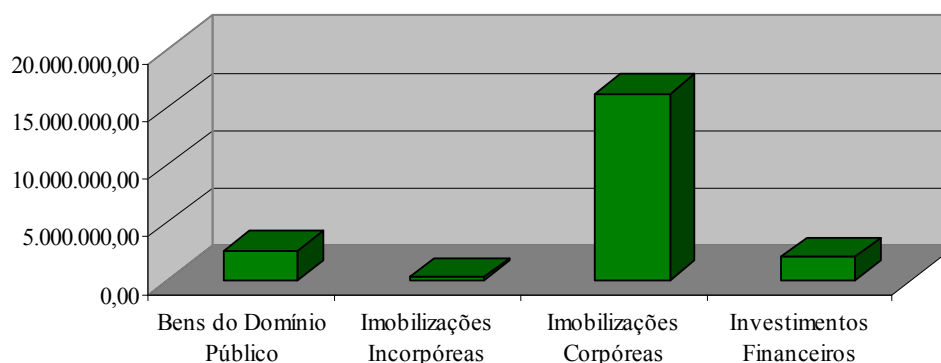
## ESTRUTURA DO INVESTIMENTO

<b>Conta Pocal</b>	<b>Designação</b>	<b>Valor (euros)</b>	<b>%</b>	
	<b>Bens do Domínio Público</b>			
453	Outras Construções e Infra-Estruturas	2.511.177,34	12,00	
459	Outros Bens do Domínio Público	33.523,13	0,16	12,16
	<b>Imobilizações Incorpóreas</b>			
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	175.460,71	0,84	
443	Imobilizações em Curso	44.327,50	0,21	1,05
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>			
421	Terrenos e Recursos Naturais	453.852,53	2,17	
422	Edifícios e Outras Construções	4.476.565,41	21,40	
423	Equipamento Básico	523.279,82	2,50	
424	Equipamento de Transporte	600.681,45	2,87	
425	Ferramentas e Utensílios	3.465,22	0,02	
426	Equipamento Administrativo	497.232,44	2,38	
429	Outras Imobilizações Corpóreas	133.340,06	0,64	
442	Imobilizações em Curso	9.492.188	45,37	77,35
	<b>Investimentos Financeiros</b>			
411	Partes de Capital	144.164,60	0,69	
414	Investimentos em Imóveis	1.829.957,54	8,75	9,44
<b>TOTAL</b>		<b>20.919.216,52</b>		<b>100,0</b>

# Município de Monforte

---

**Estrutura do Investimento**



Relativamente à estrutura do Investimento, os dados em apreço evidenciam uma forte concentração dos investimentos municipais em Imobilizações Corpóreas (77,35%), registrando-se, este ano, a redução das imobilizações em Curso com o termino de algumas obras e o correspondente registo nas contas definitivas.

Cabe no entanto referir que, conforme consta do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultado, uma grande parte dos bens, sobretudo do Domínio Público, continuam a aguardar valorização, conforme o previsto no POCAL (Anexo 8.2.14), sendo que, os valores agora apresentados serão no futuro acrescidos.

# Município de Monforte

---

## III - ALGUNS INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Rácios	
Liquidez Geral	6,51%
Liquidez Imediata	4,94%
Autonomia Financeira	62,87%

a) Rácio de Liquidez Geral

Activo Circulante / Passivo Circulante

O rácio obtido é de apenas 6,51%, o que permite constatar que a cobertura do Passivo Circulante pelo Activo Circulante é de apenas 6,51%, o que revela uma fraca capacidade do Município para fazer face às dívidas de curto prazo.

b) Rácio de Liquidez Imediata

Disponibilidades / Dívidas a terceiros a curto prazo

O rácio obtido é de apenas 4,94%, o que permite constatar que as Disponibilidades (Depósitos bancários e Caixa) da Autarquia apenas cobrem 4,94% das dívidas a Terceiros a curto prazo.

c) Rácio de Autonomia Financeira

Capitais Próprios / Activo Líquido Total, com exclusão dos Bens do Domínio Público

O rácio apresentado revela-se positivo uma vez que permite concluir que a Autonomia Financeira do Município não está na dependência dos seus credores, visto que os Capitais Próprios cobrem o Passivo total.

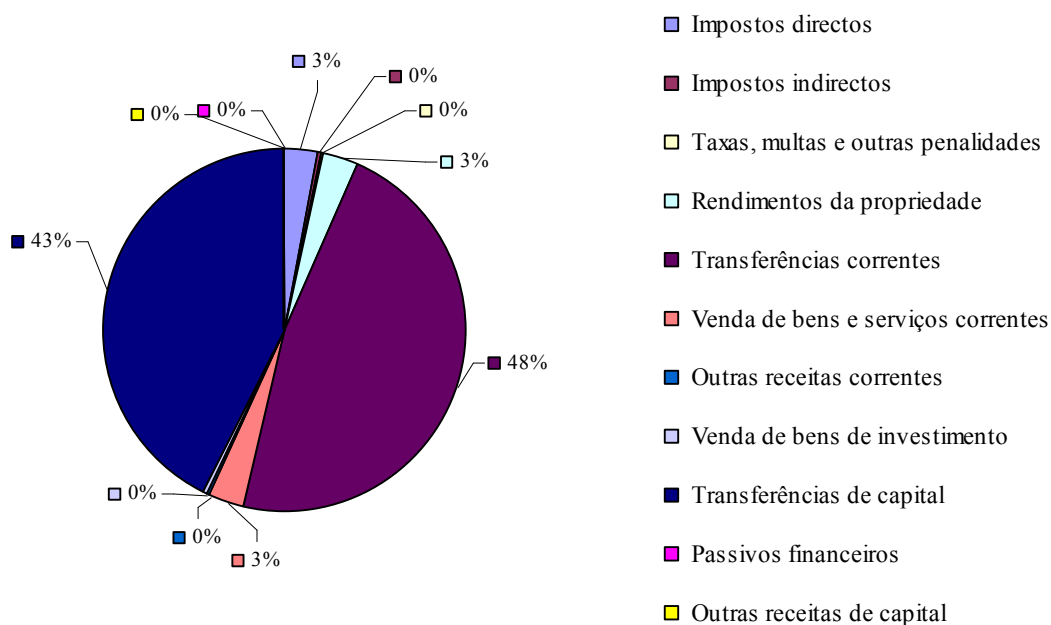
# Município de Monforte

---

## IV - ALGUNS INDICADORES DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

### Rácios de Estrutura da Receita e da Despesa

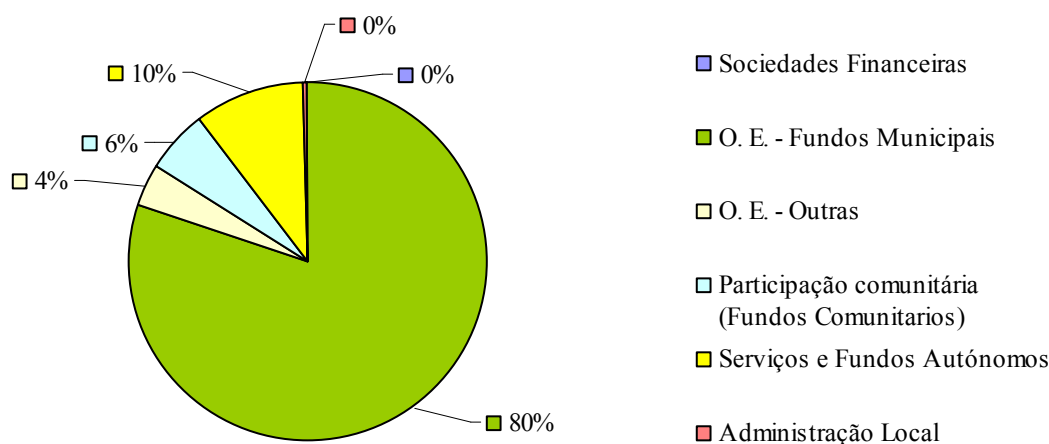
#### Estrutura da Receita



De salientar o peso das transferências (correntes e de capital) na estrutura da receita do Município (91%).

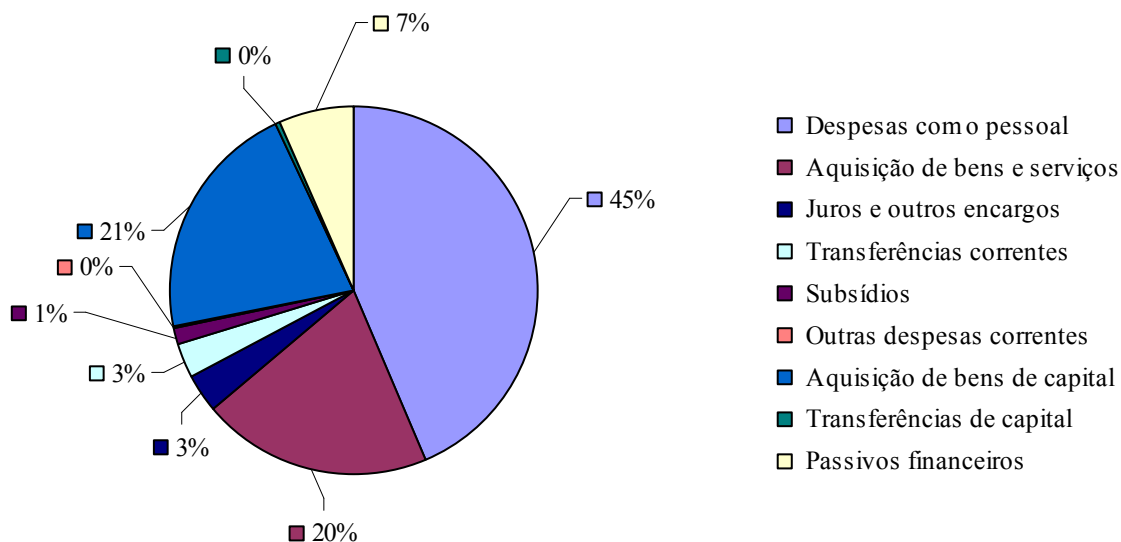
# Município de Monforte

## Estrutura das Transferências (Receita)



Da análise efectuada à estrutura das transferências, é evidente o peso dos Fundos Municipais provenientes do Orçamento de Estado (80%).

## Estrutura da Despesa



Na estrutura da despesa, salienta-se o peso das despesas com o pessoal (45%), que, associada a aquisição de bens e serviços correntes, somam mais de metade da despesa total (65%), no entanto, é também de referenciar o peso do Investimento Municipal (21%).

# Município de Monforte

---

## Proposta de Aplicação de Resultados

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento, e de acordo com o determinado no n.º 2.7.3. do mesmo diploma legal, o Executivo camarário propõe que:

1 – O Resultado Líquido seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL 2.7.3.2.9.);

2 – A aplicação dos resultados Líquidos no valor de 1.198.434,21 € (um milhão cento e oitenta mil, novecentos e oitenta e três euros e noventa e dois cêntimos), da forma que a seguir se apresenta (POCAL 2.7.3.3./4/5):

- a) Reservas Legais (conta 571) – 59.921,71 € (cinquenta e nove mil novecentos e vinte e um euros e setenta e um cêntimos);
- b) Para reforço do Património (conta 51) – 1.138.512,50 € (um milhão cento e trinta e oito mil quinhentos e doze euros e cinquenta cêntimos)

Monforte, 4 de Abril de 2007

O Executivo